



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PLANO INSTITUCIONAL PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFAC (2024-2026)

RIO BRANCO-AC, SETEMBRO DE 2024

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

**Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia – Acre**

Rosana Cavalcante dos Santos

Pró-Reitora de Ensino

Carmem Paola Torres Alvarez

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Ubiracy da Silva Dantas

Pró-Reitor de Extensão

Fábio Storch de Oliveira

Pró-Reitor de Administração

José Claudemir Alencar do Nascimento

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Herika Fernanda Dantas Montilha

Chefe de Gabinete

Fernanda Nydall Bandeira

Assessora Especial

Janaína Bezerra de Freitas

Diretor Sistêmico de Assistência Estudantil

Edu Gomes da Silva

Diretora Sistêmica de Gestão de Pessoas

Geyse Rakel Paixão Oliveira

Diretor Sistêmico de Gestão de Tecnologia da

Informação

Djameson Oliveira da Silva

Diretor Sistêmico de Comunicação

Evaldo Pereira Ribeiro

Diretora Sistêmica da Editora do Ifac

Kelen Gleysse Maia Andrade

Diretor Sistêmico de Relações Internacionais

Luiz Eduardo Guedes

Diretor Geral do Campus Baixada Do Sol

Mário Jorge Silva Fadell

Diretor Geral do Campus Cruzeiro do Sul

Braulio de Medeiros Gonçalves

Diretor Geral do Campus Rio Branco

Paulo Roberto de Souza

Diretor Geral do Campus Sena Madureira

Diones Assis Salla

Diretor Geral do Campus Tarauacá

Denis Borges Tomio

Diretor Geral do Campus Xapuri

Joy Braga Cavalcante

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

APRESENTAÇÃO

A Permanência e o êxito de estudantes tem sido tema frequente nas discussões que envolvem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sendo compreendida como intrinsecamente alinhada à função social da instituição, que é garantir o direito dos jovens e adultos à educação. Ao longo das últimas décadas, houve um considerável avanço da ampliação da matrícula no Ensino Médio, como também na Educação Profissional e Tecnológica e, nesta nova realidade, emerge a necessidade de criar estratégias voltadas ao estudante e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, articulando todos os atores envolvidos no processo educacional. Nesse sentido, vale ressaltar que a evidência do compromisso com a finalidade institucional não significa que esta seja uma missão exclusiva da instituição de ensino, pois se trata de uma abordagem multifatorial, que contempla as dimensões familiar e social.

Assim, ante sua finalidade institucional, o Ifac tem conduzido de forma articulada, estratégias e ações sistemáticas de acompanhamento dos estudantes de forma a superar as dificuldades identificadas no processo educativo, especialmente referentes à redução da evasão e elevação da eficiência acadêmica nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Tal construção somente pode ser compreendida mediante alinhamento estratégico da importância de um processo dialógico e devidamente pautado no contexto local de cada campus.

Nesse contexto, foi publicada a Portaria Ifac nº 1133, de 28 de setembro de 2021, que dispõe sobre as normas de elaboração do Plano para Permanência e Êxito dos Estudantes e institui as comissões de permanência e êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac. A Comissão Central de Acompanhamento e Avaliação do Plano para Permanência e Êxito – CPEES foi designada pela Portaria Ifac nº 1254, de 21 de outubro de 2021 está estruturada em subcomissões: Subcomissão de diretrizes institucionais, Subcomissão de diagnóstico quantitativo, Subcomissão de diagnóstico qualitativo, Subcomissão de acompanhamento e avaliação das ações do Plano para Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifac – PEES. Após a composição da Comissão Central de Acompanhamento e Avaliação do Plano para Permanência e Êxito – CPEES os trabalhos foram iniciados com a realização de ações indispensáveis como coleta de dados qualitativos e quantitativos com vistas a subsidiar a produção do presente plano de trabalho.

No âmbito sistêmico, as subcomissões de dados qualitativos e de dados quantitativos conduziram a coleta dos dados e informações em parceria com os campi. Os dados quantitativos foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha e coube a cada coordenador de curso sistematizar os dados referentes ao seu curso.

Para a coleta de dados qualitativos foram aplicados questionários amplamente divulgados por meio do portal do Ifac, contatos telefônicos e por e-mail pelas equipes de assistência estudantil dos campi. Também foram aplicados questionários aos diversos segmentos do campus na busca de identificar e compreender os principais fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso dos estudantes do Ifac.

O Plano Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifac, portanto, consiste no conjunto de diretrizes visando orientar ações sistêmicas no âmbito de cada curso e campus, com a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento escolar/acadêmico dos estudantes regularmente matriculados no Ifac, contribuindo para a melhoria dos indicadores acadêmicos, em especial, do índice de evasão e de eficiência acadêmica. O documento está referenciado no Plano Estratégico 2017-2036 e no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, além dos Relatórios de Avaliação Institucional produzidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA e dos dados constantes na Plataforma Nilo Peçanha, os quais forneceram elementos preponderantes que subsidiaram o trabalho desenvolvido pelas comissões constituídas.

Diante da complexidade do tema, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) coordenou a discussão acerca da permanência e êxito do IFAC, a partir de uma grande articulação interna, que compreende o processo em duas etapas: I. Plano Institucional: contendo indicadores acadêmicos e diretrizes para orientar a construção dos Planos de Permanência e Êxito de cada campus; II. Planos Locais de Permanência e Êxito: processo orientado pela PROEN e conduzido pela equipe gestora de cada campus, concebendo as ações a serem implementadas a fim de superar eventuais fragilidades nos indicadores acadêmicos do campus/curso. Nas discussões, é necessário buscar formas de participação e de envolvimento da comunidade escolar na construção das ações dos planos locais, pois o êxito depende do compromisso coletivo com a execução, monitoramento e avaliação periódica. Dada a temporalidade da análise, de forma a garantir o acompanhamento das ações previstas, o Plano Institucional compreende o período de 2024 a 2026, sendo o ano de 2024 reservado para apropriação das diretrizes por parte das equipes de cada campus, e 2025, reservado para a elaboração dos planos locais e início da implementação o em cada unidade. Ao fim do período, será realizado processo de avaliação e repactuação de metas e estratégias

O processo de construção do Plano Institucional e dos planos locais é pautado na concepção de que permanência e êxito escolar não é tema exclusivo do ensino, mas fruto de pactuação de diferentes áreas e setores, envolvendo também a dimensão familiar e social. Tal compreensão exige a articulação *intra* e *interinstitucional*, reconhecendo a importância do envolvimento dessas dimensões no trabalho pedagógico e nas ações institucionais para a promoção de uma educação inclusiva, de qualidade e socialmente reconhecida. Alinhada a esta, a concepção de que o êxito escolar não pode ser medido apenas pela aprovação no ciclo ou por resultados obtidos

em exames externos, já que estes resultados compõem apenas uma das dimensões do êxito, especialmente em um contexto voltado à inclusão.

Nesse sentido, embora a realidade institucional aponte a estabilidade do índice de evasão do Ifac - considerado baixo se comparado à média da Rede Federal - há que se considerar a complexidade dos fatores que impactam o indicador; desta forma, situa-se a necessidade de criação de ações político-pedagógicas que promovam a permanência e o êxito dos estudantes, o que implica tomar como referência o direito à educação e o desenvolvimento de aprendizagens significativas, reconhecendo a realidade e os interesses dos estudantes e organizar o processo pedagógico, ante a multiplicidade de fatores que favorecem a aprendizagem. É sob esse prisma que as estratégias visando à permanência dos estudantes serão desenvolvidas, observando o êxito dos mesmos, em seus respectivos contextos escolares e acadêmicos.

Portanto, o Plano Institucional para Permanência e Êxito dos estudantes do Ifac apresenta a consolidação dos dados produzidos a partir do trabalho das subcomissões nos anos de 2021 a 2023, bem como as diretrizes para a elaboração dos planos locais de permanência e êxito, considerando o contexto institucional, os indicadores acadêmicos e os parâmetros a serem observados para a construção das estratégias de intervenção.

1 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

1.1 Caracterização do IFAC

A instalação de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica no Acre foi um sonho almejado por um século. A Rede Federal nasceu em 1906, com as Escolas de Aprendizes e Artífices, porém apenas em maio de 2006 é que entrou em tramitação na Câmara Federal um Projeto de Lei de autoria do Executivo para criar no Estado uma Escola Técnica Federal no Estado. E no dia 13 de novembro de 2007, pela Portaria nº 1.065/2007, o Ministério da Educação designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas – Cefet-AM a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre. No dia 28 de março de 2008, no auditório do Sebrae, em Rio Branco, Capital do Acre, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação de uma Escola Federal na Capital e duas Unidades Avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. A doação dos terrenos para a instalação das três escolas foi efetivada naquele mesmo ano, bem como o Cefet-AM licitou as obras. Porém, no dia 29 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei nº 11.892/2008 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac. E, somente um ano depois, no dia 17 de dezembro de 2009, é que foi nomeado o primeiro reitor *pro tempore* do Ifac.

Um grupo de servidores da Rede Federal, oriundos de vários Estados do País, com auxílio de colaboradores indicados pelo Governo do Estado do Acre, iniciaram em 2010 as atividades práticas do Instituto, estabelecendo provisoriamente a Reitoria em duas salas no Anexo da Biblioteca na Universidade Federal do Acre – Ufac e promoveram os primeiros concursos públicos para professores e técnicos, bem como os primeiros processos seletivos de alunos. A posse coletiva dos primeiros servidores aconteceu no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, no dia 21 de junho de 2010, passando a ser simbolicamente a data a ser comemorada como o aniversário do Ifac. O Instituto Federal do Acre – Ifac iniciou suas atividades com quatro campi (Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri) em julho de 2010, ofertando apenas cursos técnicos nas modalidades presenciais subsequente (ou pós-médio) e PROEJA (educação de jovens e adultos integrado ao médio) e superiores em licenciatura e tecnológicos. A primeira oferta foi de 400 alunos distribuídos em nove turmas. Atualmente, o Ifac atende a um total de **6.703 estudantes em curso**¹, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Vale ressaltar que além da oferta regular, o Ifac tem ampliado sua abrangência através de programas de fomento do governo federal (UAB, EJA-EPT) e projetos especiais custeados com recursos de emenda parlamentar, como o *Projeto Ifac Itinerante*, que ofertou a primeira graduação pública no município de Santa Rosa do Purus, local de difícil acesso. Aliados a estes, outros programas e ações de fomento no âmbito da formação inicial e continuada, articulando-se às políticas de assistência social dos municípios, o que tem contribuído significativamente na qualificação profissional das pessoas em situação de vulnerabilidade social, seja no meio urbano ou rural.

Na elaboração do Plano Estratégico 2017-2036 do Ifac, foi discutida de forma mais ampliada (por meio de pesquisas específicas e entrevistas com as lideranças da instituição) quais seriam os referenciais estratégicos do Instituto: sua missão, sua visão e seus valores. A missão de uma instituição é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma instituição da área pública é o desempenho no cumprimento da missão. Uma instituição do setor público cumpre a sua missão ao atender às necessidades de suas partes interessadas e atores institucionais. A missão exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional, definida num período, quando são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos. Verifica-se que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da sua “razão de ser”. Corresponde a um horizonte dentro do qual a instituição atua ou poderá atuar. Foi então definida então a Missão do Ifac: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, garantindo ações voltadas à formação cidadã no Estado do Acre.”. A visão é a idealização de um futuro

¹ Dados da Plataforma Nilo Peçanha – referência: ano 2022.

desejado para a instituição. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com seus valores, representativo e possível de ser alcançado. É um lema motivacional, com objetivo de criar uma imagem que desafie e mobilize todas as pessoas envolvidas na construção dessa conquista. A visão de futuro transmite a essência da instituição em termos de seus propósitos, para prover a estrutura que regula as suas relações institucionais e organizacionais e os seus objetivos gerais de desempenho. Ela deve ser expressa de forma sucinta, inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na instituição, assegurando a sua mobilização e o seu alinhamento aos temas estratégicos. Foi então definida então a Visão do Ifac: “Ser referência local e regional em educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.”

Toda instituição que deseja implementar seu planejamento estratégico deve, por excelência, demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. Os valores traduzem as crenças nas quais acreditamos e regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico. As instituições devem enunciar de forma clara e objetiva os valores essenciais que inspiram o comportamento das pessoas que nela atuam. Os valores são norteadores da gestão estratégica. A missão justifica para onde se está indo e os valores descrevem os comportamentos que levarão até lá. Bem divulgados, os valores promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores e influenciam seu comportamento no dia a dia da instituição, inspirando a execução das tarefas. A estratégia é construída no cotidiano e os valores são referência obrigatória para proporcionar significado às atitudes e comportamentos, que buscam, em última análise, a satisfação dos atores institucionais. Nas atividades de validação dos referenciais estratégicos, foram sugeridos valores que personificam quem somos, quem sempre fomos e no que acreditamos, de forma a proporcionar maior representatividade e o sentimento de pertencimento a todos os membros e servidores.

Nesse contexto, foram elencados os seguintes valores para o IFAC: Ética e profissionalismo: conceitos que caminham lado a lado; nossos servidores devem ter o foco nas necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade, com atitudes que demonstrem o seu respeito, as suas capacidades e a sua atitude em conduzir todas as suas atividades de forma íntegra e legalmente correta, de forma a buscar sempre a forma mais acertada em se entregar os resultados propostos; Equidade e inclusão: viabilizar as condições para que todos tenham uma igualdade de oportunidades justa, proporcionada pelos meios e recursos à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade, de forma a possibilitar a integração e o sucesso educacional de todos os discentes da instituição, independentemente de quaisquer necessidades educativas especiais; Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: prática de uma gestão responsável, considerando a relação ética e transparente com todos os públicos que se relacionam com o Instituto para o desenvolvimento sustentável de suas atividades,

possibilitando a preservação dos recursos ambientais e humanos para as gerações futuras, além de proporcionar diversos benefícios para a sociedade e demais instituições públicas ou privadas; Empreendedorismo e inovação: promover mudanças econômicas, sociais e culturais por meio de comportamentos que propiciem não apenas a junção de conceitos e a geração de novas ideias, que agreguem valor para a sociedade, enxergando as oportunidades disponíveis e criando caminhos para a solução de problemas.

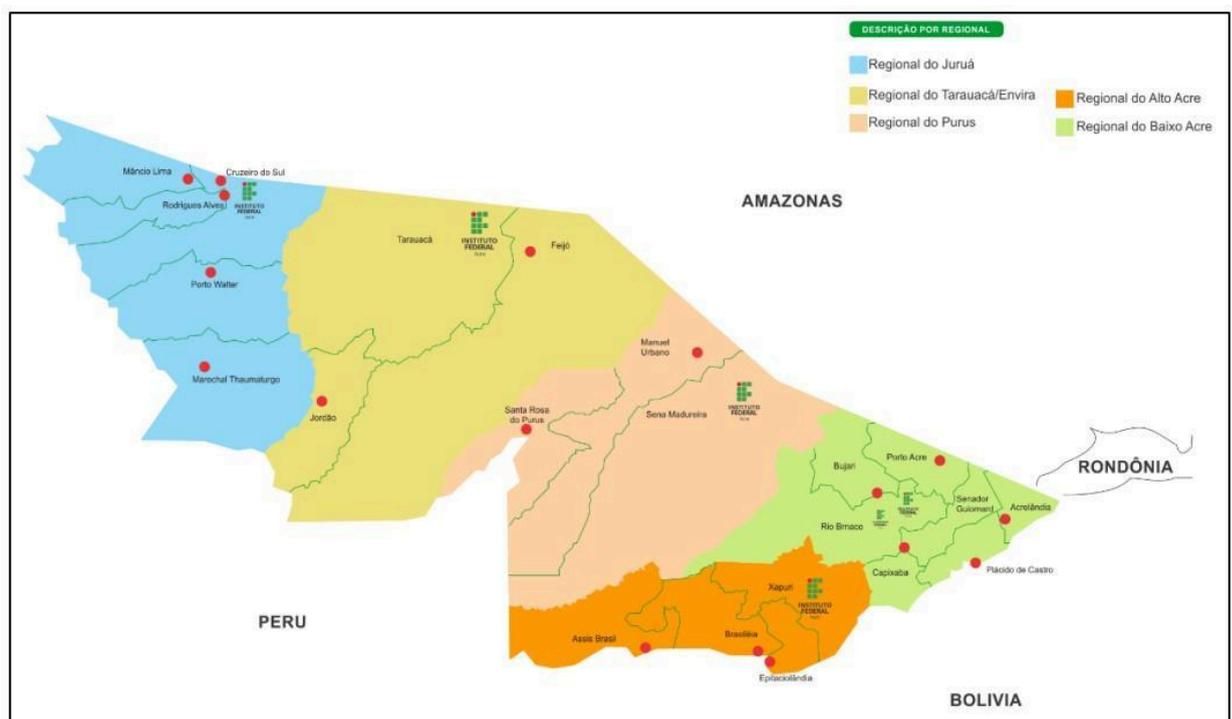
Em consonância com a Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal do Acre exerce sua atuação acadêmica por meio da oferta de educação profissional, científica e tecnológica, materializada pela oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades, além de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, na busca de atender as demandas de formação do mundo do trabalho. São ofertados cursos de: I – Formação inicial e continuada; II – Cursos técnicos articulados ao ensino médio nas formas integrada e concomitante, e ainda na forma subsequente para estudantes que já concluíram o ensino médio; III – A Educação Superior, em nível de Graduação, é desenvolvida por meio da oferta de cursos de: Licenciatura: curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado, prioritariamente na área das Ciências e Matemática; Programas Especiais de Formação Pedagógica: curso equivalente à Licenciatura, destinado a profissionais bacharéis ou tecnólogos que pretendem se dedicar ao magistério, conferindo ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, nas disciplinas de sua área de formação, com o grau de licenciado; Bacharelado - curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel; Tecnologia - curso superior de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que confere ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo. IV – Pós-graduação *lato-sensu e stricto-sensu*.

Os cursos são organizados em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos. De acordo com a Lei nº 11.892/2008 (Arts. 7º e 8º), que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelo menos 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas na Instituição devem ser destinadas para cursos de Licenciatura e a programas especiais de Formação Pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional. Além disso, deve destinar ainda 50% (cinquenta por cento) das suas vagas para a oferta de cursos técnicos, atendendo prioritariamente, a forma integrada ao ensino médio. Cada campus deve perseguir os percentuais na sua oferta, respeitadas as suas características de tipologia. O compromisso com o avanço da ciência e da tecnologia, firma-se por meio das políticas de pesquisa, que visam

inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, a partir da realização de pesquisas aplicadas. Os resultados são apresentados em congressos e eventos, publicações em periódicos e revistas, especialmente em meio eletrônico ou difundidos por meio de cursos de extensão. Por meio da extensão a comunidade tem acesso a diversos cursos, projetos e programas que aproximam a comunidade da instituição, ao mesmo tempo em que dissemina os conhecimentos produzidos cientificamente no ambiente acadêmico. Assim, a atuação acadêmica do Ifac visa contribuir para a transformação da realidade socioeconômica da região, valorizando a cultura por meio de uma educação inclusiva e comprometida com as diferenças.

Em que pese todo o trabalho realizado, merece destaque a capacidade institucional de uma gestão eficiente reconhecida pelos órgãos de controle e com resultados agregados ao longo de sua trajetória, como atesta a Portaria MEC nº 1.991/2023, que atribuiu ao Ifac o conceito 5 – excelência – no processo de credenciamento para oferta de cursos superiores. Estas são apenas algumas das conquistas da instituição, que tem se alicerçado na construção de uma imagem sólida e idônea perante a sociedade acreana.

1.2 Organização multicampi



Fonte: Diretoria Sistêmica de Comunicação (DSCOM)

Campus	Ato Autorizativo
Campus Rio Branco	Portaria Ministerial nº 1.170/2010
Campus Baixada do Sol	Portaria Ministerial nº 1.074/2014
Campus Cruzeiro do Sul	Portaria Ministerial nº 1.170/2010
Campus Sena Madureira	Portaria Ministerial nº 1.170/2010
Campus Tarauacá	Portaria Ministerial nº 993/2013
Campus Xapuri	Portaria Ministerial nº 330/2013

Atualmente, o Ifac possui seis *campi*, distribuídos estrategicamente, contemplando as cinco regionais do Estado do Acre:

Regional	Campus/Município	Tipologia
Baixo Acre	Campus Rio Branco	150/100
	Campus Baixada do Sol ²	40/26
Alto Acre	Campus Xapuri	70/45
Purus	Campus Sena Madureira	70/45
Juruá	Cruzeiro do Sul	70/60 – Campus Agrícola
Tarauacá-Envira	Campus Tarauacá	70/45

Conforme diretrizes da Rede Federal, cada campus possui eixos tecnológicos específicos, alinhados aos arranjos produtivos locais e às políticas de desenvolvimento dos governos estaduais e municipais. Todos os campi possuem sede própria, viabilizadas pela atual gestão ao longo de 10 anos de mandato da Reitora Rosana Cavalcante dos Santos³. A infraestrutura contempla salas de aula, biblioteca, laboratórios, quadra poliesportiva e refeitório, sendo que o Campus Sena Madureira conta com piscina, espaço adicional para prática esportiva.

A mais recente unidade em fase de estruturação na nova sede, é o Campus Baixada do Sol, cuja estrutura contempla uma área de mais de 400 hectares, composta, em grande parte, por florestas primárias e secundárias, além de campos, igarapés e açudes, com rica fauna e flora. Nesses espaços, funcionarão aulas práticas, atividades extensionistas e demais atividades de pesquisa aplicada, com amplas oportunidades de

² Campus Baixada do Sol em processo de transformação para Campus Transacreeana, com alteração de tipologia para Campus Agrícola (70/60), conforme solicitado no Ofício nº 28/2024/REITORIA-IFAC.

³ O mandato contempla o tempo na condição de reitora pró-tempore e, a partir de 2015 como reitora eleita, até setembro de 2024.

parcerias junto a órgãos governamentais, instituições privadas e associações comunitárias do entorno. O Campus está em fase de implantação na nova sede localizada na região chamada *Transacreana*, predominantemente rural, em espaço anteriormente ocupado pelo tradicional Colégio Agrícola, posteriormente denominado Centro de Educação Profissional Roberval Cardoso (Escola da Floresta), pertencente ao Governo Estadual. Em 2018, por meio da Lei Estadual nº 3.372, houve a doação da área para o Ifac, que passou a angariar os recursos financeiros necessários para a reforma completa do local.

A reforma dos espaços pedagógicos e administrativos do Campus Baixada do Sol na Transacreana recebeu um investimento aproximado de 6 milhões de reais (recursos próprios e de emendas parlamentares), utilizados para adequação da infraestrutura física para o melhor atendimento à comunidade. Além do investimento em curso, o planejamento futuro contempla a reforma e estruturação dos alojamentos e demais espaços externos; a perspectiva é que a unidade seja preparada para receber estudantes em regime de internato, possibilitando assim a realização de cursos voltados às populações residentes em áreas rurais e indígenas, no sistema da pedagogia da alternância (tempo escola-tempo comunidade).

Além dos campi, o Ifac também possui *Centro de Referência* localizado no município de Epitaciolândia, regional do Alto Acre. Criado pela Resolução Consu/Ifac nº 114/2022, o Centro é vinculado ao Campus Xapuri, e possui atuação direcionada à oferta de cursos técnicos subsequentes e turmas especiais de graduação. Ademais, o Ifac também possui cinco polos de educação a distância, frutos de parceria com os municípios, os quais são utilizados para apoio à oferta de cursos fomentados pelo programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

1.3 Oferta educacional pluricurricular

A criação do Ifac é resultante da política nacional de ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica e da formação de professores para as áreas de ensino de ciências e matemática, para responder às demandas do desenvolvimento regional e local no país. Nesse contexto, é imprescindível identificar as necessidades de ofertas de formação profissional e associá-las às demandas socioeconômicas dos territórios onde estão instalados os campi do Ifac, bem como os novos horizontes econômicos e sociais apresentados para o desenvolvimento local e regional. Assim, cada campus tem como propósito contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos e a permanência de profissionais qualificados no interior do Estado, por meio da definição de eixos tecnológicos, a partir dos quais são definidos os cursos a serem ofertados primando pela oferta verticalizada de cursos técnicos à pós-graduação, além de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, ministrados de forma livre ou articulados com educação básica ou superior.

Atualmente, os campi do Ifac atendem os seguintes eixos:

Campus Baixada do Sol: Recursos Naturais, Gestão e Negócios e Produção Alimentícia;

Campus Cruzeiro do Sul: Recursos Naturais; Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social.

Campus Rio Branco: Informação e Comunicação; Segurança; Infraestrutura; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios.

Campus Sena Madureira: Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Recursos Naturais.

Campus Tarauacá: Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Recursos Naturais.

Campus Xapuri: Recursos Naturais, Produção Alimentícia, Ambiente e Saúde.

A partir da definição dos Eixos Tecnológicos, foram criados os cursos, sendo os seguintes em funcionamento⁴:

CAMPUS BAIXADA DO SOL – TRANSACREANA

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Agroecologia	Subsequente
Técnico em Recursos Pesqueiros	Subsequente
Técnico em Zootecnia	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Subsequente
Técnico em Alimentos	Integrado
Técnico em Recursos Pesqueiros	Integrado
Tecnologia em Gestão do Agronegócio	Superior

CAMPUS CRUZEIRO DO SUL

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Agropecuária	Integrado
Técnico em Meio Ambiente	Integrado
Técnico em Recursos Pesqueiros	Subsequente
Técnico em Zootecnia	Subsequente
Licenciatura em Física	Superior
Licenciatura em Matemática	Superior

⁴ Levantamento realizado em agosto de 2024.

Curso	Tipo de Oferta
Tecnologia em Processos Escolares	Superior
Licenciatura em Química	Superior
Bacharelado em Agroecologia	Superior
Tecnologia em Agroecologia	Superior

CAMPUS SENA MADUREIRA

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Informática	Integrado
Técnico em Agropecuária	Integrado
Técnico em Administração	Integrado
Técnico em Informática	Subsequente
Técnico em Administração	Subsequente
Bacharelado em Zootecnia	Superior
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior
Licenciatura em Física	Superior

CAMPUS TARAUCÁ

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Finanças (Sem Oferta)	Integrado
Técnico em Agricultura	Integrado
Técnico em Comércio	Integrado
Técnico em Administração	Integrado
Técnico em Floresta	Integrado
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente
Técnico em Administração	Subsequente
Tecnologia em Gestão do Agronegócio	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Superior

CAMPUS XAPURI

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Biotecnologia	Integrado
Técnico em Alimentos	Integrado
Técnico em Agropecuária	Integrado
Técnico em Alimentos	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Subsequente
Licenciatura em Ciências Biológicas	Superior
Tecnologia em Agroindústria	Superior
Tecnologia em Gestão Ambiental	Superior
Tecnologia em Agroecologia	Superior
Licenciatura em Química	Superior

CAMPUS RIO BRANCO

Curso	Tipo de Oferta
Técnico em Edificações	Integrado
Técnico em Redes de Computadores	Integrado
Técnico em Informática para Internet	Integrado
Técnico em Serviços Jurídicos	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente
Técnico em Administração	Subsequente
Técnico em Recursos Humanos	Subsequente
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	Subsequente
Tecnologia em Sistemas para Internet	Superior
Tecnologia em Logística	Superior
Licenciatura em Matemática	Superior
Tecnologia em Processos Escolares	Superior
Bacharelado em Administração	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Superior

Portanto, para além de promover a ampliação do acesso por meio da interiorização das instituições, do incremento do número de vagas, da ampliação do alcance e da utilização de ações afirmativas, para garantir a democratização da oferta é

necessária a adoção de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional e educacional dos egressos.

Entender a evasão e a retenção/reprovação como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade do Ifac no cumprimento da sua função social, implica articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino na região amazônica que possui baixo índice de desenvolvimento educacional.

1.5 Ambiente de atuação

O Instituto Federal do Acre - IFAC, em funcionamento há 13 anos no Estado do Acre, possui uma brilhante trajetória no cumprimento da honrosa missão conferida pela Lei 11.892/2008, para transformação de vidas e desenvolvimento socioeconômico da região através da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por meio da Reitoria e dos seus seis *campi*, estrategicamente localizados em cada uma das 5 regionais do Estado, o Ifac atende aos diferentes públicos, especialmente, oriundos de grupos tradicionais e vulneráveis, como população do campo, indígenas e ribeirinhos, comunidades típicas do extremo oeste da Amazônia.

Durante esse percurso, as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, internacionalização e assistência estudantil tem promovido o acesso, a permanência e o êxito de mais de 8 mil⁵ jovens e adultos em cursos técnicos e superiores, contemplando todos os níveis e modalidades, além de cursos de formação continuada, qualificação e aperfeiçoamento profissional, por meio de parcerias, programas de fomento e projetos especiais. Embora pareça pouco, se comparado a instituições centenárias em estados mais populosos, no Acre, este número representa uma verdadeira revolução, dada a proporcionalidade do território, demografia e histórico de desenvolvimento. Sendo o último elevado à categoria de Estado no Brasil, o Acre alcançou 830 mil habitantes⁶ em 2023, tendo sua área predominantemente formada por florestas que abrigam comunidades rurais, ribeirinhas e povos indígenas. Portanto, a implantação de unidades do Ifac no interior foi uma evolução, pois viabilizou o acesso desta parcela da população às políticas de educação profissional e tecnológica, contribuindo assim para a transformação da realidade local. Como exemplo dessa evolução, a significativa expansão da oferta de cursos superiores no Estado, que até meados de 2010, contava apenas com a oferta restrita da única Universidade Federal, com vagas centradas na capital e mais um município. Outro

⁵ Projeção estimada a partir de dados do SISTEC e da Plataforma Nilo Peçanha, contemplando o período de 2012 a 2023.

⁶ Dados do IBGE publicados no DOU de 31/08/2023 com data de referência em 31 de julho de 2022 e malha territorial de 30 de abril de 2023.

exemplo é a oferta de cursos técnicos de Nível Médio, outrora disponibilizada apenas por instituições particulares e que, com a criação do Ifac, passou por uma ampla expansão de vagas, aliada à capilaridade da oferta, alcançando localidades até então excluídas deste acesso, que se constitui em um direito básico de cidadania e ampliação das oportunidades no mundo trabalho.

Assim, através do desenvolvimento institucional e do fortalecimento da rede de parcerias junto ao Estado e municípios, o Ifac garantindo a *capilaridade* de suas ações, que é um dos princípios que fundamentam a existência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente em localidades distantes dos grandes centros urbanos, carentes de estrutura, recursos e logística, demandando maior presença do poder público, especialmente da Educação Pública como política pública impulsionadora do desenvolvimento social.

Em relação ao IDH, o Estado se configura num quadro de baixo a médio conjunto de indicadores sociais. Corroborando a afirmativa, o IDHM, a partir dos dados coletados pelo IBGE no Censo de 2010 mostra que grande parte dos municípios está enquadrada na faixa de baixo desenvolvimento humano.

Nesse contexto social o Ifac, ao mesmo tempo em que oportuniza novas perspectivas de formação profissional, de produção e difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, também assume o grande desafio de dar resposta a uma realidade social complexa: uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes nos seus diferentes cursos e, conseqüentemente, o surgimento de demandas sociais com a necessidade urgente de atendimento.

O Ifac trabalha de forma articulada com outras esferas e órgãos do poder público a fim de fortalecer sua capacidade de implementação da política educacional de formação para o trabalho, tendo em vista o compromisso com a consolidação de um projeto exitoso para a educação pública e a sociedade acreana. Ao visar uma maior sinergia na formulação e implantação das políticas públicas educacionais e de investimento produtivo nos territórios de abrangência, a Instituição assume como compromisso o aprofundamento das relações e das articulações com os demais órgãos do poder público, conselhos de governança dos arranjos produtivos, sociais e culturais, entidades e representações locais das comunidades, entre outros atores governamentais, econômicos/financeiros, políticos e sociais. Desse modo, atua na formação humana com preparação para o mundo do trabalho, mediada pela articulação com a ciência, a cultura e a tecnologia. Assim, compromete-se com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por meio da socialização do conhecimento, do compartilhamento de ideias, da busca por soluções e pelo fortalecimento de ações conjuntas que, não só colaborem para cumprimento de sua função social e missão institucional, mas para o processo de desenvolvimento socioeconômico local/territorial.

Com o objetivo de contribuir mais diretamente para o desenvolvimento produtivo dos municípios e territórios de abrangência, a Instituição afirma o compromisso de revisão periódica da sua estrutura acadêmica, com a atualização de métodos e metodologias de ensino e a diversificação e remodelação da sua oferta de cursos, de modo a mantê-los inovadores e harmonizados com as potencialidades econômicas, sociais e culturais, em nível local e territorial. Além disso, observa-se a necessidade de maior encadeamento das práticas educativas voltadas à formação profissional e tecnológica em nível médio com as de formação superior e os programas de pós-graduação, considerando os focos tecnológicos dos campi e, em particular, tendo em vista a elevação da titulação de seu quadro de pessoal por meio da formação continuada e incentivos à produção científica e tecnológica.

Considerando o papel de instituição educativa, acreditadora e certificadora de competências profissionais, assume o compromisso com a formação de professores da educação básica, ao considerar-se um forte parceiro na implementação de ações voltadas à melhoria do nível de qualidade do ensino no Estado. Tem ainda, como elemento estratégico desafiador, cooperar para elevação do nível de qualidade da educação fundamental, principalmente, no interior do estado, a fim de que os novos alunos ingressantes na Instituição estejam num patamar de aprendizagem considerado satisfatório pelas instituições de ensino. Nesse sentido, o Ifac pretende contribuir para que os municípios do Acre apresentem evolução paulatina do IDEB e conseqüentemente, apresente avanços no IDH.

A previsão do público-alvo discente engloba diversos critérios e aqui pretende ser um referencial simplificado, ressaltando-se que não existe restrição de idade para ingresso em determinados cursos, havendo uma grande variação de idade em determinados cursos. Além disso, é preciso frisar que os discentes tendem a ingressar fora da faixa-etária prevista em muitos municípios do interior do estado, em face da defasagem educacional. Outro fator importante, é que não necessariamente, esses estudantes ingressarão em uma unidade do Ifac.

Nesse cenário, um aspecto importante que merece destaque é a atratividade do Ifac como uma instituição pública federal que oferta educação gratuita e de qualidade na perspectiva da formação humana integral e emancipatória. Sua atratividade se refere à capacidade da instituição em atrair e conquistar o interesse dos estudantes e potenciais estudantes. Está relacionada à percepção positiva que os indivíduos têm em relação à instituição, levando em consideração fatores como reputação, qualidade acadêmica, infraestrutura, corpo docente qualificado, programas de estudo atrativos, oferta de serviços e oportunidades, entre outros.

Uma instituição de ensino pública atrativa é aquela que consegue se destacar na sua função social educacional, despertando o interesse de estudantes em busca de formação acadêmica ou profissional. A atratividade pode ser medida por meio de indicadores como número de candidatos por vaga, taxa de matrícula, taxa de evasão e reputação institucional. Além disso, a atratividade da instituição está diretamente relacionada à sua capacidade de atender às expectativas dos estudantes, oferecendo

um ambiente de aprendizagem acolhedor, estimulante, com recursos adequados, suporte acadêmico e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, corpo docente qualificado, além de oportunidades que incentivem o desenvolvimento do estudante. Para garantir e aumentar a atratividade, é fundamental que a instituição invista em qualidade educacional, infraestrutura adequada, programas atualizados e relevantes, corpo docente qualificado, oferta de atividades extracurriculares, suporte estudantil e uma comunicação efetiva com os estudantes, divulgando os diferenciais e benefícios oferecidos.

A atratividade da instituição é um fator importante para o seu crescimento e sucesso, pois influencia na captação de novos estudantes, na permanência e êxito dos estudantes matriculados e na construção de uma imagem institucional sólida e positiva, que contribuem para o desenvolvimento local e regional. O objetivo das informações aqui apresentadas é somente de dar visibilidade para um possível perfil de estudantes que predominam nas unidades do Ifac e que contribuem para pensar o fazer educacional e pedagógico da instituição, servindo de referencial para este plano.

2 OBJETIVOS

Em consonância com a Portaria IFAC n.º 1133 de 28 de setembro de 2021, São objetivos iniciais do Plano para Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifac –PEES, sem prejuízos a outros que possam ser estabelecidos:

- I - mapear o perfil socioeconômico dos estudantes do Ifac;
- II – realizar, anualmente, o diagnóstico quantitativo e qualitativo das causas de evasão e retenção nos cursos técnicos, graduação e pós-graduação do Ifac;
- III – identificar os fatores de sucesso dos estudantes;
- IV – garantir o alinhamento de conceitos educacionais e institucionais;
- V – analisar, anualmente, os indicadores educacionais dos cursos técnicos, graduação e pós-graduação do Ifac extraídos da Plataforma Nilo Peçanha; e
- VI - implementar ações administrativas e pedagógicas que ampliem as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

2.1. Objetivo Geral do Plano Institucional

Promover, em articulação com os campi, a permanência e o êxito dos estudantes do Ifac, por meio da definição de diretrizes que orientem a reflexão, o debate e a construção de um ambiente acolhedor e propício à formação para o trabalho de forma integral, inclusiva e com qualidade.

2.2. Objetivos Específicos

- a) compreender a contenção da evasão escolar como uma política institucional necessária à melhoria da qualidade educativa;
- b) propor ações de redução da taxa de evasão;
- c) incentivar a reitoria e os *campi* quanto ao desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas e que articulem ensino, pesquisa e extensão;
- d) controlar, acompanhar e conter a evasão e a retenção estudantil;
- e) sugerir intervenções que possam atenuar ou até resolver os fatores internos que levam a evasão e retenção;
- f) incentivar a realização de pesquisas científicas sobre permanência e êxito no Ifac;
- g) instrumentalizar os *campi* para monitorar e acompanhar os indicadores de permanência e êxito dos seus cursos; e
- h) elevar os indicadores de eficiência acadêmica do Ifac

3 BASE CONCEITUAL E METODOLÓGICA

A educação é reconhecida internacionalmente como um direito humano fundamental. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, define a educação como um direito social, ao lado de outros, como: saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

O direito à educação pode ser considerado como um dos alicerces da República Federativa do Brasil na medida em que é instrumento necessário à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, art. 3º), portanto, o acesso à educação de qualidade é essencial para garantir a equidade, o desenvolvimento humano e social, a cidadania plena e o progresso das nações.

Nesse contexto, a conceituação de permanência e êxito na educação é fundamental para assegurar o direito à educação para todos.

Na perspectiva da permanência, o direito à educação implica assegurar que todos os estudantes tenham acesso à escola e permaneçam nela ao longo de todo o percurso educacional necessário à sua formação. Isso implica políticas de inclusão, enfrentamento à evasão escolar e superação de barreiras que possam dificultar a permanência dos alunos, como a falta de recursos financeiros, a distância da escola, a

violência ou a discriminação, ao mesmo tempo em que se potencializa os fatores de sucesso e fortalece as ações instituições que contribuem para o êxito estudantil.

A permanência escolar diz respeito ao tempo em que um estudante permanece matriculado e frequentando regularmente uma instituição de ensino. Por sua vez, o êxito escolar refere-se ao sucesso do aluno em alcançar os objetivos de aprendizagem e obter um bom desempenho acadêmico.

A permanência na educação se refere à continuidade do estudante na escola ao longo de todo o percurso educacional, desde o ingresso até a conclusão da etapa de estudos, e está diretamente relacionada à superação das barreiras que podem levar à evasão escolar, como a falta de recursos financeiros, a distância geográfica, a discriminação, o desinteresse ou dificuldades de aprendizagem. Garantir a permanência dos alunos na escola envolve políticas e práticas educacionais que ofereçam suporte e recursos adequados para enfrentar essas barreiras. Isso pode incluir programas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, orientação vocacional, atividades extracurriculares, acolhimento e inclusão da diversidade de gênero, étnico-racial, cultural, social, sexual e geracional, entre outros mecanismos que promovam um ambiente propício para a permanência dos alunos.

A garantia da permanência e do êxito escolar é essencial para uma educação de qualidade e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Quando os alunos têm uma trajetória escolar contínua e alcançam resultados positivos, eles estão mais propensos a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para sua formação e para o enfrentamento dos desafios futuros.

Para Silva Filho e Araújo (2017), a evasão é caracterizada pelo abandono da instituição durante o período letivo, ocasionada por diversos motivos que podem ser influenciados por fatores internos e externos ao contexto escolar, ou seja, podem ser de ordem pessoal, institucional, ou motivados por ambos. Portanto, a evasão é um fenômeno complexo e que se manifesta por múltiplas causas. Dados do IBGE, em 2018, revelam que quatro, em cada dez jovens brasileiros que completaram 19 anos, não haviam concluído o Ensino Médio. Nesse caminho, o Brasil possuía a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com a menor média de estudo entre os países da América do Sul (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36). Diante dessa realidade, é fundamental que a sociedade busque formas de se fazer valer o preceito constitucional presente no art. 206, garantindo a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” (BRASIL, 1988).

A construção do plano institucional de ações para a permanência e o êxito dos estudantes do Ifac, a ser adotado no período de 2024 a 2027, deu-se a partir de demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação – MEC a todas as unidades da Rede Federal EPCT, com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União – TCU, estando alinhado ao compromisso de melhoria dos indicadores institucionais. Assim, o documento busca

definir as ações de permanência e êxito em harmonia com os princípios, valores e fundamentos do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifac. No período de sua elaboração, foram realizados estudos teóricos sobre as publicações sobre permanência e êxito, especialmente envolvendo aspectos que definem, influenciam e contribuem para o enfrentamento da evasão. Em seguida, foi feito novo levantamento dos fatores que impactam na retenção e evasão, na visão dos estudantes em curso e egressos, dos docentes e demais servidores e a análise dos indicadores socioeconômicos, informados pelos estudantes no ato da matrícula. Esse trabalho sistemático de implantação de ações específicas e monitoramento vem sendo realizado pela Comissão de Permanência e Êxito e pelas comissões locais que atuam em cada campus.

Desde a criação da Plataforma Nilo Peçanha, a evasão na Rede Federal tem mantido índices que oscilam bastante, no entanto, o Ifac tem mantido uma estabilidade no indicador, especialmente nos três últimos anos, sendo considerada uma evasão abaixo da média nacional.

Os índices gerais de *Evasão* da Rede e do IFAC, no período de 2017 a 2023 são apresentados na PNP, na forma:

Ano-base	Rede Federal	IFAC
2017	23,2%	22,57%
2018	18,6%	17,16%
2019	15,5%	19,68%
2020	14,4%	17,85%
2021	18,7%	15,38%
2022	19,11%	14,56%
2023	16,32%	15,36%

Embora considerado abaixo da média, o índice merece ser problematizado, na busca de ações que venham buscar formas de enfrentamento a esta questão, no que compete à dimensão pedagógica, objetivando a redução para o limite de 13%.

Em relação ao índice de *Eficiência Acadêmica*, os dados apresentados resultam:

Ano-base	Rede Federal	IFAC
2017	46,9%	35,5%
2018	48,2%	45,4%
2019	53,1%	38,4%

2020	55,9%	41,8%
2021	68,5%	41,5%
2022	57,0%	38,4%
2023	64,7%	40,5%

. Logo, o indicador apresenta baixo desempenho em relação à média nacional, demandando especial atenção, a fim de que seja elevado, gradativamente, para 60%, permanecendo dentro da média nacional. O Ifac compreende sua função social e seu papel na promoção das políticas inclusivas, recursos adequados e um ambiente acolhedor, visando garantir o direito à educação de todos os estudantes, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas.

4 DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO

Os dados quantitativos relacionados às informações sobre evasão, retenção, permanência e êxito dos estudantes do Ifac foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, edições 2019, 2020 e 2021.

A Plataforma Nilo Peçanha - PNP possui metodologia própria de cálculo dos indicadores institucionais, por instituição, por campus e por curso, o que permite conhecer a situação de cada um. A fórmula de cada indicador está disponível na Referência Metodológica, na própria plataforma.

4.1 Dados gerais do Ifac

Os dados gerais são números absolutos após o tratamento de dados e informações realizados de acordo com os critérios e procedimentos da Plataforma Nilo Peçanha. A partir do levantamento realizado pela subcomissão, foram consolidados os seguintes dados:

Indicadores gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	2401	2300	2763	2176	2692
Ingressantes	2308	2155	2497	1943	2265
Concluintes	1832	908	808	635	1021
Matrículas	6687	5832	6377	6548	7002

Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

4.2 Indicadores de Permanência e Êxito

O indicador que melhor revela os resultados da instituição de ensino da RFEPCT é o indicador Eficiência Acadêmica (IEA), calculado a partir dos indicadores de Conclusão Ciclo, Evasão Ciclo e Retenção Ciclo, ou seja, esse indicador revela quantos estudantes que ingressaram num ciclo concluíram seu curso, estão retidos ou não concluíram seu curso com êxito.

Apresenta-se aqui os dados da RFEPCT para fins de identificação da posição do Ifac nesse contexto nacional:

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	15,50%	13,87%	18,11%
Eficiência acadêmica	53,0%	55,9%	69,4%
Conclusão Ciclo	48,27%	50,44%	64,80%
Evasão Ciclo	42,74%	39,86%	28,61%
Retenção Ciclo	8,99%	9,70%	6,58%

Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

Para o mesmo período, o Ifac possui os seguintes indicadores:

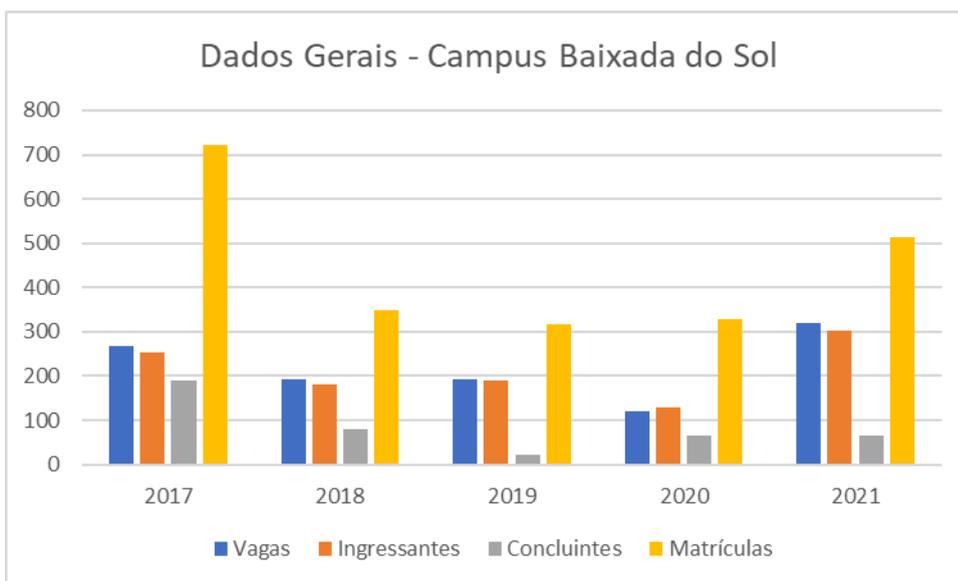
Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	19,68%	17,85%	15,38%
Eficiência acadêmica	38,4%	41,8%	41,5%
Conclusão Ciclo	36,4%	37,14%	34,05%
Evasão Ciclo	57,73%	51,71%	48,01%
Retenção Ciclo	6,23%	11,15%	17,94%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

4.3 Dados gerais por campus

Em um trabalho de diagnóstico situacional, as subcomissões de análise quantitativa e qualitativa produziram dados referentes ao contexto de cada campus. O relatório é fundamental para a análise específica da realidade local, de forma que as estratégias de intervenção sejam bem-sucedidas.

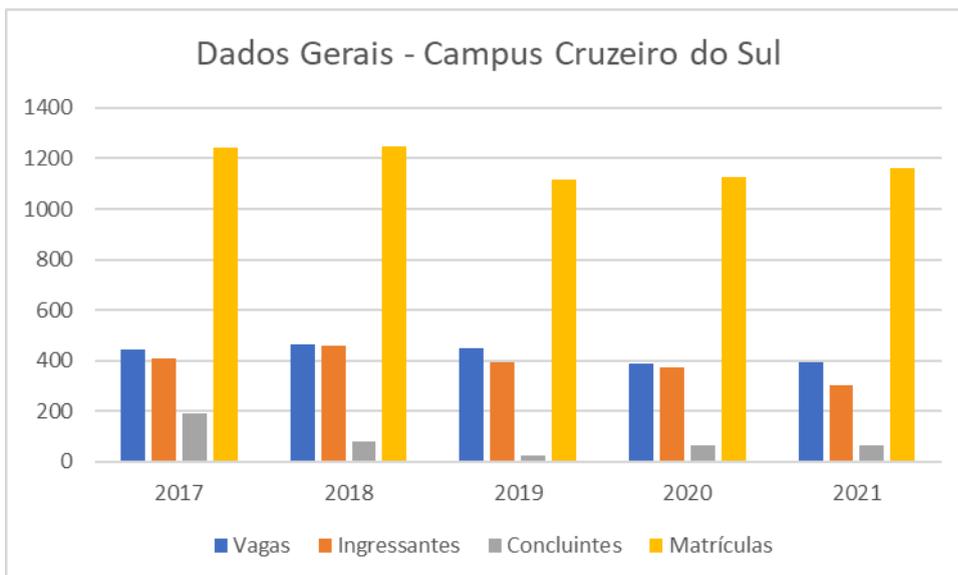
4.3.1 Baixada do Sol



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	268	194	193	120	321
Ingressantes	254	180	189	130	303
Concluintes	190	80	22	65	66
Matrículas	722	348	318	328	513

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

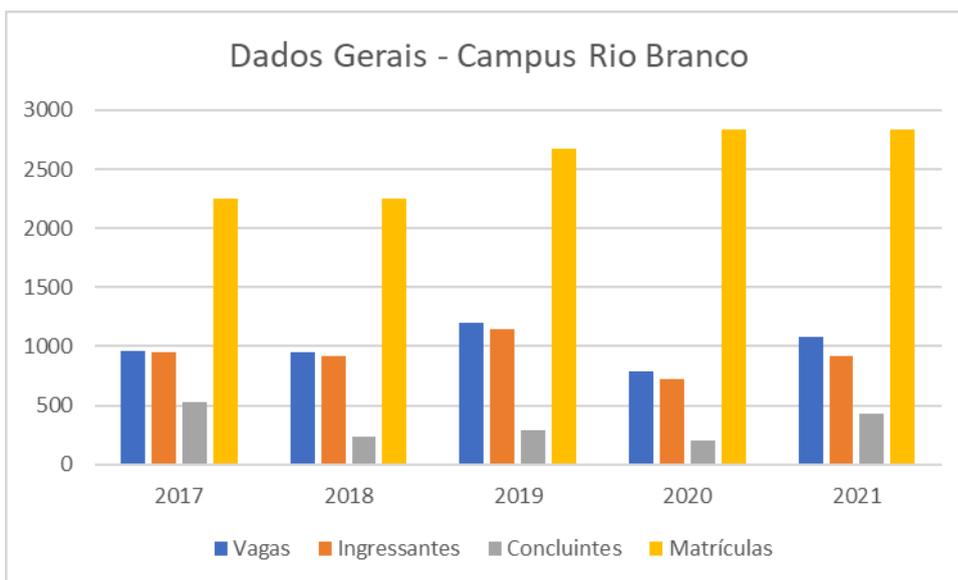
4.3.2 Cruzeiro do Sul



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	442	463	450	390	391
Ingressantes	409	457	393	374	301
Concluintes	190	80	22	65	66
Matrículas	1241	1246	1118	1126	1163

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

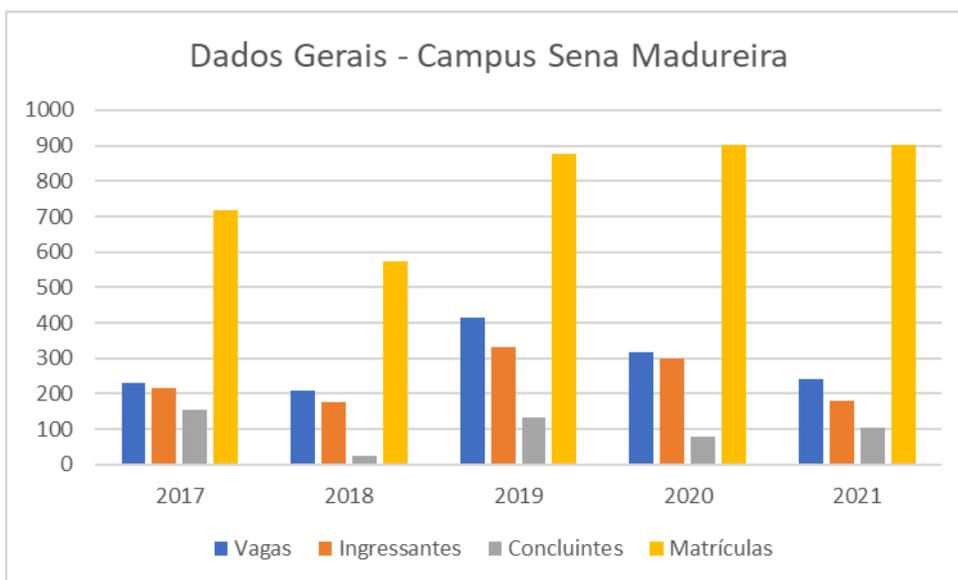
4.3.3 Rio Branco



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	963	955	1196	790	1076
Ingressantes	950	914	1142	723	917
Concluintes	532	239	288	206	425
Matrículas	2249	2248	2679	2842	2833

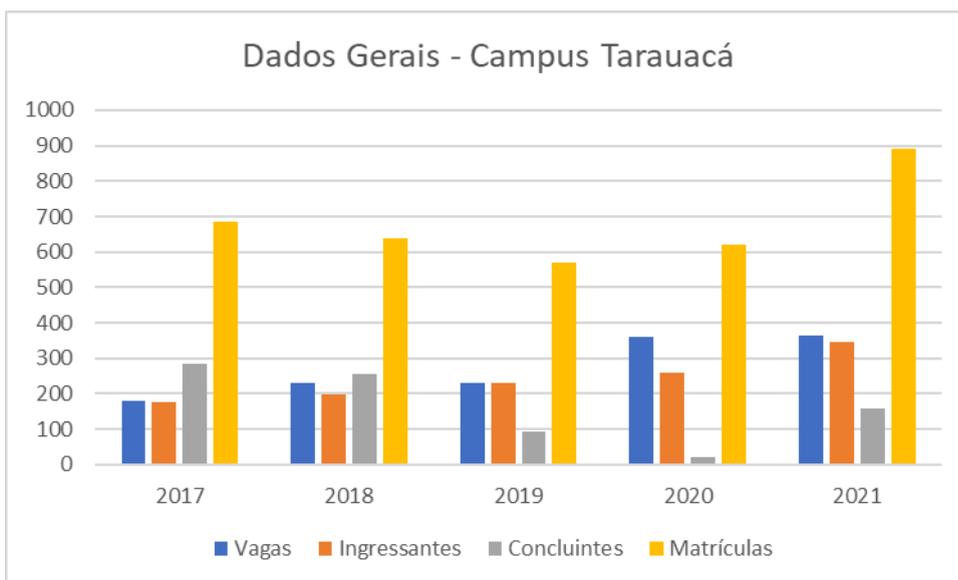
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

4.3.4 Sena Madureira



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	230	210	414	316	240
Ingressantes	217	176	330	297	181
Concluintes	155	24	132	79	104
Matrículas	719	575	878	903	903

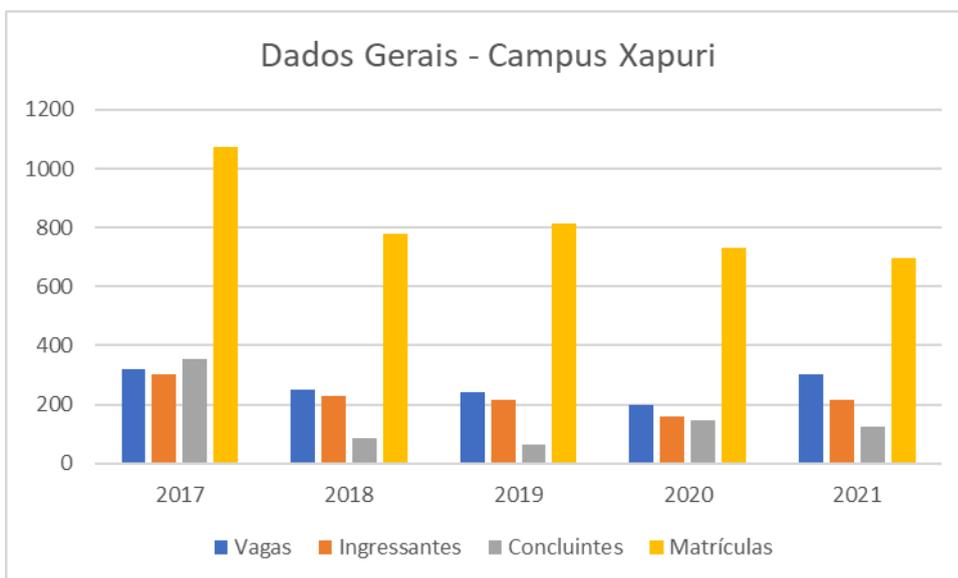
4.3.5 Tarauacá



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	178	230	230	360	364
Ingressantes	175	199	229	259	346
Concluintes	286	257	91	20	157
Matrículas	684	638	570	619	892

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

4.3.6 Xapuri



Dados gerais	2017	2018	2019	2020	2021
Vagas	320	248	240	200	300
Ingressantes	303	229	214	160	217
Concluintes	352	84	62	145	126
Matrículas	1072	777	814	730	698

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

4.4 Indicadores de Permanência e Êxito por Campus:

4.4.1 Campus Baixada do Sol

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	37,74	5,49	3,51
Eficiência acadêmica	23,8	26,8	20,9
Conclusão Ciclo	23,53	23,51	17,53
Evasão Ciclo	75,40	64,14	66,23
Retenção Ciclo	1,07	12,35	16,23

4.4.2 Campus Cruzeiro do Sul

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	20,30	15,28	20,81
Eficiência acadêmica	34,0	42,0	35,4
Conclusão Ciclo	32,22	39,19	28,99
Evasão Ciclo	62,61	54,05	52,96

Retenção Ciclo	5,17	6,76	18,05
----------------	------	------	-------

4.4.3 Campus Rio Branco

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	16,05	24,49	20,90
Eficiência acadêmica	36,1	40,2	40,4
Conclusão Ciclo	34,15	35,43	36,47
Evasão Ciclo	60,55	52,73	53,73
Retenção Ciclo	5,31	11,84	9,81

4.4.4 Campus Sena Madureira

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	19,59	12,40	10,74
Eficiência acadêmica	41,5	57,2	42,2
Conclusão Ciclo	31,43	48,59	27,18
Evasão Ciclo	44,29	36,36	37,22
Retenção Ciclo	24,29	15,05	35,60

4.4.5 Campus Tarauacá

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	14,74	15,67	7,06
Eficiência acadêmica	58,0	46,8	74,5
Conclusão Ciclo	57,50	43,62	51,23
Evasão Ciclo	41,67	49,66	17,54
Retenção Ciclo	0,83	6,71	31,23

4.4.6 Campus Xapuri

Indicadores	Edição 2020	Edição 2021	Edição 2022
	Ano-base 2019	Ano-base 2020	Ano-base 2021
Taxa de evasão	27,27	10,14	9,31
Eficiência acadêmica	45,7	40,8	34,6
Conclusão Ciclo	39,81	35,35	30,00
Evasão Ciclo	47,22	51,36	56,82
Retenção Ciclo	12,96	13,29	13,18

5 DIAGNÓSTICO QUALITATIVO

A Subcomissão de Dados Qualitativos iniciou os trabalhos com a elaboração dos instrumentos que seriam utilizados para a coleta de dados. O processo de construção do formulário teve a participação dos membros de todos os Campi, embora houvesse colegas em gozo de férias. A elaboração dos dois instrumentos foi realizada nas reuniões da subcomissão.

Finalizada a etapa de construção dos instrumentais, iniciou-se a coleta das informações. No recorte temporal da amostra foram identificados 2.789 estudantes evadidos e 690 retidos.

Os questionários ficaram disponíveis inicialmente no período de 20 de setembro a 20 de outubro. Todavia, não foi obtida a amostra necessária, o que se ensejou a dilação do prazo até o dia 20 de novembro. Inicialmente foi sugerido que a amostra fosse de 75% da quantidade de alunos invadidos ou retidos, entretanto a comissão Central definiu que a amostra a ser perseguida seria de 40% do total de invadidos ou retidos.

Foi repassado para cada Campus a relação nominal dos alunos retidos e dos alunos evadidos e de posse da mesma iniciou-se a busca ativa pelos alunos. A estratégia inicial foi encaminhar mensagens via WhatsApp e/ou via SMS. Decorrido aproximadamente uma semana, identificou-se que a adesão estava aquém do esperado, motivo pelo qual foram iniciados os contatos telefônicos. Cada Campus designou servidores para realizar ligações para os alunos evadidos e/ou retidos. Além da baixa adesão, foi identificada uma outra problemática, notadamente, o número de telefone que arquivado no Ifac estava desatualizado.

A partir disso, foi adotada a realização de visitas domiciliares, porém não foram efetivas. Muitos alunos haviam mudado de endereço, além de que a utilização dos carros institucionais nos deslocamentos impacta a rotina de atividades do campus. Concluído o período de coleta de dados, obteve-se 261 respostas dos estudantes evadidos e 70 dos retidos.

6 PRINCIPAIS CAUSAS DA EVASÃO E RETENÇÃO NO IFAC

A partir do levantamento realizado pela subcomissão de análise qualitativa, prejudicado pelo contexto de desatualização dos contatos telefônicos e dificuldade de acesso aos evadidos, foram identificadas algumas das causas atribuídas à evasão e retenção, no universo de 261 respostas dos estudantes evadidos e 70 dos retidos.

Embora restrito, o levantamento permitiu a reflexão acerca do caráter multifatorial da evasão, uma vez que não se limita a fatores pedagógicos ou sob governabilidade da instituição de ensino. Uma parcela significativa das respostas relatou motivação pessoal ou familiar, como mudança de cidade, problemas de saúde e dificuldade de conciliar estudos e jornada de trabalho. Também foi possível verificar que alguns estudantes evadiram de um determinado curso, mas seguiram seus estudos em outro curso/nível/modalidade. Nesse contexto, a evasão apresenta elementos de cunho pessoal, pela reopção do estudante sobre a própria vida acadêmica e profissional. Sobre esses elementos, não há gerência.

Acerca dos fatores da dimensão pedagógica ou sob gerência da instituição, foram relatados: baixa atratividade do curso; dificuldade em cumprir os horários de estudo no contraturno; dificuldade de compreender o conteúdo ministrado pelos professores; nível elevado das avaliações realizadas; e, ainda, a dificuldade em acompanhar as atividades remotas, já que o levantamento contemplou o período da pandemia da Covid-19, com a realização de atividades não presenciais. Sob esse prisma, depreende-se que a realização de atividades não presenciais, especialmente mediadas por tecnologias de informação e comunicação, não se apresentam como alternativas viáveis ao processo de ensino-aprendizagem, possivelmente, pelo perfil dos discentes, formado predominantemente pelo público em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No geral, as variáveis que corroboram com a retenção e evasão por curso no IFCE classificam-se em três categorias, a saber: a) fatores individuais que apresentam aspectos inerentes aos estudantes; b) fatores internos à instituição que se referem a problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores institucionais que conduzem o aluno a evadir-se do curso; c) fatores externos à instituição relacionam-se às dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e a questões inerentes à futura profissão.

7 META DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Considerando a aferição dos indicadores acadêmicos, compreende-se que a meta de permanência e êxito versa sobre os principais indicadores, que representam o cumprimento da missão e das finalidades da instituição junto à comunidade discente, visando sua permanência e êxito escolar/acadêmico. São eles:

I. Evasão:

(Matrículas Finalizadas Evadidas/Matrículas Atendidas)*100

O indicador Taxa de Evasão mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas em relação ao total de matrículas atendidas. Seu resultado possui relação direta com a duração dos cursos. Esse indicador é influenciado pela taxa de crescimento das matrículas no período. Somado aos indicadores nº 2, 4, 5 e 6, contempla todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%. A média deste indicador no Ifac tem sido 15% (considerando os três últimos anos). Assim, considerando o contexto local, uma meta realista e viável de alcançar é 13% como percentual máximo de evasão até 2027, com reflexo nos dados da PNP edição 2028.

Meta: Reduzir, até dezembro de 2026, a taxa de evasão no Ifac para 13%.

II. Retenção:

(Retidos/Matrículas Atendidas)*100

O indicador Taxa de Retenção mede o percentual de alunos retidos em relação ao total de matrículas atendidas. Seu resultado mostra do universo total de matrículas atendidas em cada período, o percentual de alunos que atrasaram a conclusão do seu curso. Esse índice será 100% se todas as matrículas do curso estiverem retidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos. A Plataforma Nilo Peçanha apresenta o percentual de retenção de 14,42% no ciclo, referente a 2023. Nesse sentido, o indicador está acima da média nacional, apresentada em 5,73%, o que demanda um olhar cuidadoso sobre as possíveis causas que o influenciam, no contexto dos Institutos Federais.

Meta: Reduzir, até dezembro de 2026, o percentual de retenção no ciclo no Ifac para 12%.

II. Eficiência Acadêmica:

$$IEA [\%] = CCiclo + \left\{ \left[\frac{CCiclo}{CCiclo + ECiclo} \right] \times RCiclo \right\} \times 100$$

CCiclo = concluintes no prazo recomendado
ECiclo = evasão
RCiclo = retenção

O indicador mede o percentual de conclusão efetiva em relação à conclusão prevista no início do curso e também à expectativa de conclusão. Seu resultado não depende da duração do curso nem da taxa de crescimento da matrícula no período. Apresenta, assim, o percentual de concluintes dentro do prazo em relação à previsão de concluintes para o período e quantos ainda devem se formar. Em uma situação hipotética em que não existe evasão entre os alunos ingressantes de um curso, o resultado desse indicador será 100. A média deste

indicador no Ifac tem sido 40% (considerando os três últimos anos). Assim, considerando a necessidade de elevação do indicador, a referência é aproximação da média nacional, sendo uma meta realista e viável de alcançar até 2027 é 50% de eficiência acadêmica, com resultados apurados na edição 2028 da PNP.

Meta: Elevar, até dezembro de 2026, o índice de eficiência acadêmica no Ifac para 50%.

As metas deverão ser observadas no âmbito de cada campus, como referência para o alcance, por meio das estratégias e ações definidas pelas comissões locais.

8 PLANO DE INTERVENÇÃO PARA ENFRENTAMENTO À EVASÃO E RETENÇÃO

Considerando os diversos desafios que um planejamento a longo prazo nos demanda, acrescidos do fato de projetos nas áreas educacionais trazerem uma gama de variáveis a se trabalhar, os indicadores devem balizar as análises de modo consistente e confiável. Além disso, as ações de intervenção devem estar alinhadas ao planejamento institucional, nesse caso, alinhado às metas e estratégias do PDI 2020-2024. Dentre os macro-objetivos, objetivos e metas que conduzem ao planejamento estratégico de permanência e êxito, temos os que mais se aproximam do que propomos nas estratégias a serem desenvolvidas: As estratégias de intervenção referem-se a ações planejadas e direcionadas para enfrentar os desafios e dificuldades que afetam a permanência dos estudantes e seu êxito acadêmico. Essas estratégias são implementadas de forma proativa e sistemática, visando prevenir a evasão escolar, promover a aprendizagem e apoiar o progresso dos estudantes. São desenvolvidas com base em uma análise cuidadosa das necessidades e dos fatores de risco que podem levar à evasão escolar ou ao baixo desempenho acadêmico. São projetadas para fornecer suporte e recursos adicionais aos alunos que enfrentam dificuldades, buscando criar condições favoráveis para o seu sucesso.

As estratégias de intervenção são fundamentais para criar um ambiente de apoio e promover o êxito dos alunos, proporcionando-lhes as condições necessárias para permanecerem envolvidos, comprometidos e motivados para usufruir de todas as políticas e ações institucionais que contribuem com a sua formação e alcançarem seu pleno potencial acadêmico.

É com esse intuito que o Ifac assume o compromisso com de adotar novas estratégias e consolidar estratégias e ações que já são da rotina da Instituição. Em que pese a insuficiência de informações sobre possíveis causas que levam nossos estudantes a não concluir seu curso de forma exitosa no Ifac, é possível executar várias estratégias de forma preventiva, saindo da posição reativa para a posição proativa, ou seja, deixamos de atuar após a evasão do estudante, para atuar na prevenção e no fortalecimento dos fatores que contribuem para que estudantes concluam seu curso com êxito, no tempo certo.

Assim, todas as unidades do Ifac se debruçam para identificar também, os fatores que levam ao sucesso dos estudantes para melhor definição das intervenções estratégicas.

9 METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES

A elaboração do Plano Institucional de Permanência e Êxito dos estudantes do IFAC iniciou no ano de 2015 com a formação da primeira comissão responsável pelo início das reflexões sobre a temática, por meio da Portaria Ifac nº 937 de 22 de setembro de 2015. Desde então, ocorreu a recomposição dos membros da comissão, ocasionando descontinuidade dos trabalhos. Então, em outubro de 2021, no período pós-pandemia, a nova comissão constituída pela Portaria Ifac nº 1254, retomou a ação, realizando os diagnósticos quantitativo e qualitativo, a fim de embasar as discussões e o levantamento das possíveis causas da evasão, retenção e comprometimento da vida acadêmica, impactando no decurso do tempo de conclusão do curso por parte dos estudantes.

O acompanhamento e monitoramento das ações previstas no plano institucional e nos planos locais será desenvolvido pela Comissão Central de Acompanhamento e Avaliação de Permanência e Êxito – CPEES, nos termos do artigo 7º da Portaria 1133 de 28 de setembro de 2021, com periodicidade anual. Considerando que este Plano está alinhado à vigência do PDI, é fundamental ponderar a possibilidade de atualização no contexto de um planejamento flexível e avaliado à medida de sua execução. Nesse sentido as comissões central e locais terão a possibilidade de verificar ações que melhor condizem com a realidade ao planejar seus planos locais, buscando traduzir estratégias efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes. Além dos indicadores locais gerados anualmente pelos PAE, deverão ser observados os dados do sistema acadêmico, bem como aqueles indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e os indicadores do PDI. As comissões central e local deverão avaliar sistematicamente a evolução dos indicadores e a realização das atividades previstas no Plano. Portanto, faz-se necessário, analisar não somente o dado quantitativo, mas o qualitativo no processo de desenvolvimento das estratégias e ações, buscando avaliar sistematicamente os eventuais motivos da não execução do que foi previsto, de forma que seja possível replanejar as ações. Recomenda-se que as comissões realizem reuniões periódicas, no mínimo uma vez a cada bimestre, para que sejam realizadas as avaliações do desenvolvimento do trabalho proposto, de forma a minimizar as lacunas existentes, com a metodologia de trabalho que melhor couber, a ser definida pelas comissões.

10 PLANOS LOCAIS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

A partir da publicação do Plano Institucional para o período 2024-2026, os campi deverão elaborar seus planos locais de permanência e êxito, observando os diagnósticos realizados pelas subcomissões e prevendo ações de intervenção a fim de contribuir para a melhoria dos indicadores acadêmicos que são referência neste trabalho: *taxa de evasão* e *índice de eficiência acadêmica*. É importante que todos os campi constituam suas comissões locais de PPE compostas com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. É necessário buscar formas de participação e de envolvimento da comunidade escolar na construção das ações do PPE, pois o êxito delas depende do compromisso coletivo com a execução, monitoramento e avaliação periódica.

A partir da análise dos dados de cada campus, os planos locais deverão abordar fatores *internos* e *externos* que influenciam os três indicadores acadêmicos referenciais para as ações de Permanência e Êxito (Evasão, Retenção e Eficiência Acadêmica), tendo como base os dados quantitativos e qualitativos, complementando com a análise do contexto de cada curso, de acordo com nível e modalidade de ensino. A estrutura do Plano deverá contemplar, minimamente, os seguintes tópicos: I. Problema Identificado; II. Ações de Intervenção; III. Metas e período de execução; IV. Equipe vinculada.

Os planos deverão ser atualizados anualmente, podendo sofrer atualizações ou alterações, de acordo com a análise das comissões responsáveis pelo acompanhamento do plano em cada unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Institucional de Permanência e Êxito do IFAC foi elaborado a partir de recomendação expressa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) às instituições da Rede Federal EPCT, para a elaboração de um Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes, com o objetivo de fortalecer a qualidade do ensino através de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica. Nesse sentido, foi elaborado um Plano de Trabalho contemplando as principais ações a fim de orientar a construção do documento de forma articulada entre reitoria e campus. Como parte do processo de construção, foi publicada a Portaria 1133/2021, com normas para elaboração do Plano, à luz da Nota Informativa SETEC/MEC nº 138/2015.

Nesse sentido, o presente documento representa o marco para as ações de permanência e êxito, com a união de esforços para promover o debate e a construção coletiva de estratégias de intervenção, capazes de contribuir para a melhoria dos indicadores acadêmicos em cada curso e unidade do Ifac. Em que pese os fatores que impactaram o levantamento dos dados, especialmente no âmbito da análise qualitativa, vale ressaltar a importância do documento como ação estratégica institucional.

Portanto, à luz das diretrizes elencadas, o Plano tem caráter dinâmico, com vigência específica e demanda de atualização periódica, a partir dos indicadores acadêmicos da Plataforma Nilo Peçanha, os quais deverão ser apropriados pelas comissões e subcomissões responsáveis pelo acompanhamento das ações de permanência e êxito no Ifac.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal. Nota Informativa N°138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC. Informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para Permanência e Êxito dos Estudantes. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Metodologia para levantamento de causas de retenção e evasão e de medidas propostas para redução. Brasília, 2013.